

HABEAS CORPUS Nº 506.281 - SP (2019/0116724-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : VINICIUS ADRIANO CASSAMASIMO RAMOS
ADVOGADO : VINICIUS ADRIANO CASSAMASIMO RAMOS - SP356869
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBSON LUIZ FONSECA DE ASSIS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBSON LUIZ FONSECA DE ASSIS contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de advertência, como incurso nas sanções do artigo 28, inciso I, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 297-304).

Irresignada, a acusação interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que deu provimento ao apelo, para condenar o paciente às penas de 05 (cinco) anos de reclusão, em regime fechado, e 500 (quinhentos) dias-multa, por infração ao art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/06, nos termos do acórdão juntado às fls. 45-53.

No presente **writ**, o impetrante defende a ocorrência de violação ao comando do artigo 33, **caput**, da Lei n. 11.343/06, ao argumento de que não houve demonstração concreta referente à mercância dos ilícitos, e que o paciente foi preso com pouca quantidade de drogas.

Igualmente, sustenta que não houve justificação adequada a ensejar a não aplicação da redutora capitulada no parágrafo 4º, do art. 33 da Lei n. 11.343/06, e que houve afronta aos enunciados das Súmulas n. 718 e n. 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula n. 440 desta Corte Superior, ao argumento de que o regime inicial de cumprimento de pena foi fixado com base na gravidade abstrata do crime praticado.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja fixado o regime inicial semiaberto para início de cumprimento da pena.

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 93-95.

Informações prestadas às fls. 100-101.

O Ministério Público Federal, à fl. 131, manifestou-se pela prejudicialidade do presente **writ**, em parecer assim ementado:

"HC CONTRA ACR. REGIME PRISIONAL. (Lei nº 11.343/06 – arts. 33) HC. Prejudicado conforme Ofício do STF (e-fl. 122). Prejudicado o Habeas Corpus" (fl. 131).

É o relatório.

Decido.

O presente **writ** está **prejudicado** em razão da perda superveniente de seu objeto.

Conforme informações prestadas pelo Supremo Tribunal Federal (ofício n. 00297838/2019 - e-STJ fl. 22), encaminhando cópia da Decisão proferida no **habeas corpus** n.º 170.743, de Relatoria do Min. Ricardo Lewandowski, de 25/5/2019, que não conheceu do **writ**, mas concedeu a ordem, *"de ofício, para estabelecer, desde logo, o regime semiaberto ao paciente (art. 192 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)"*.

Desta forma, resta prejudicado o pedido decorrente da suposta ilegalidade suscitada pelo impetrante.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do RISTJ, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

